

FEAM	
Protocolo nº: 2650/2001/001/2007	67
Divisão: 10	FL. Nº
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍCIA



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº: 2650/2001/001/2007

Assunto: Auto de Infração nº 503/2007

Autuado: AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA.

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO:

A sociedade empresária em referência foi penalizada em janeiro de 2007, por "*O empreendimento não possui Autorização Ambiental de Funcionamento sendo constatado manchas de óleo sobre o piso não impermeabilizado-piso de bloquetes*", infração à legislação ambiental de natureza gravíssima, tendo sido aplicada a penalidade de multa no valor de R\$15001,00 alterada para R\$10.001,00 na forma do disposto no artigo 96 do Decreto n 44.84408. Além da manutenção da suspensão das atividades até sua regularização ambiental.

Inconformada a sociedade interpôs tempestivamente seu recurso, onde em síntese alega:

- o recorrente não foi intimado para a realização da audiência de julgamento do processo, consoante determina a Lei Estadual 14.184/2002, constituindo verdadeiro cerceamento de defesa;
- a recorrente não foi intimada nos termos o artigo 36 da Lei 14.184/2002;
- houve vícios insanáveis no curso do processo, o que causou sua contaminação por completo, não sendo válido o resultado final deste, qual seja a aplicação punitiva;
- com a publicação da DN 108/2007 é incoerente autuar o empreendimento por não possuir AAF em janeiro 2007, uma vez que a deliberação posterior prorrogou os prazos para adequação;
- a jurisprudência pátria é uníssona em admitir que a lei mais benéfica deve retroagir para favorecer o administrado, de modo que a DN 108 deve, ser a norma orientadora no caso sob comento, o que implicará na insubsistência do auto;
- o posto não está e nunca esteve em mora frente ao Poder Público, pelo que não pode ser sancionado por supostamente não possuir AAF no momento da vistoria;

-para que o fiscal pudesse lavrar o AI tipificado a infração como gravíssima, que pressupõe ocorrência de dano ao meio ambiente, deveria coletar amostra de solo e realizar testes que comprovassem alguma presença de compostos químicos acima dos níveis de intervenção;

-não existe obrigação certa, líquida e exigível, visto que a multa está sendo discutida administrativamente, ainda não tendo exaurido todas as instâncias admissíveis;

-foi acrescido ao valor inicial juros e correção monetária no DAE;

-o recorrente faz jus, pelo menos três atenuante, sem prejuízo de aplicação ex-officio de outras, consubstanciadas nas alíneas A, C e E do artigo 68, inciso I do Decreto nº 44.844/08;

-cogita, ainda, a assinatura do TAC apenas para fins de diminuição da multa em 50% consoante faculta o artigo 49, § 2º do Decreto nº 44.844/08;

-espera a reforma da decisão, cancelando pelos argumentos elencados e/ou declarar nulos os atos viciados e subseqüentes, convertendo em diligência;

-por fim, requer que seja a multa reduzida no mínimo legal.

Análise Jurídica

Preliminarmente, insta salientar que o processo obedeceu ao procedimento previsto na norma ambiental em especial a Lei 7.772/80 que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente em vigor no Estado de Minas Gerais e o Decreto nº 44.309/06, regulamento que ocorreu a autuação. Na tramitação do processo de apuração de irregularidade ambiental foi observado o procedimento conforme a norma ambiental, sendo aplicados subsidiariamente os preceitos da Lei 14.184/2002, nos termos do §2º da citada lei.

“Art.1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Direta, das autarquias e das fundações do Estado, visando à proteção de direito das pessoas e ao atendimento do interesse público pela Administração.

§ 2º.Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta lei”.

Não obstante, as sanções pelo descumprimento da Lei Estadual nº 7.772/80, estão previstas, respectivamente, no artigo 16-C e seu procedimento, atualmente, pelo Decreto nº 44.844/2008 de modo que o recorrente poderia, se quisesse, ter consultado a legislação vigente.

Sendo assim, a preliminar levantada pela sociedade empresária não merece ser acolhida e em relação ao mérito, nenhuma sorte socorre o recorrente.

Argumenta o recorrente que o posto não está e nunca esteve em mora frente ao Poder Público, pelo que não pode ser sancionado por supostamente não possuir AAF no momento da vistoria, o que não poderá prosperar como podemos demonstrar. A fiscalização ocorreu em 27/01/2007 e o Auto de Infração lavrado na mesma data, bem antes da publicação da DN 108/07, que ocorreu em 26 de maio de 2007.

Com relação a obrigatoriedade de regularização ambiental, o recorrente, não possui Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, nem mesmo após nova convocação realizada pela DN 108/97, permanecendo irregular diante da legislação devendo manter inclusive com suas atividades suspensas até sua regularização ambiental.

Com relação a obrigatoriedade de Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, no exercício de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, estabelece a Lei Estadual de nº 7772, de 8 de setembro de 1980, artigo 8º, *in verbis*:

“A instalação, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho de Política Ambiental – COPAM”.

Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a obrigatoriedade, bem como a autuação, decorrente de sua inobservância.

Lado outro, vale comentar a regra de transição estabelecida pelo artigo 6º da citada Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 que alterou a DN COPAM 050/2000, permitiu a alteração do porte do empreendimento e do potencial poluidor.

“Art. 6º - As alterações do porte e do potencial poluidor ou degradador promovidas por esta Deliberação Normativa implicam a incidência das normas pertinentes à nova classificação, desde que:

- I - quanto ao licenciamento ambiental, inclusive o corretivo e a revalidação, a licença não tenha sido concedida ou revalidada;*
- II- quanto à aplicação de multas, não tenha havido decisão administrativa definitiva”.*

Com relação a aplicação de norma, em parte revogada e a incidência de nova norma nos processos em tramitação, foi elaborado o parecer da Advocacia Geral

do Estado de nº 14.482 de 31 de março de 2005, que contraria o alegado pelo recorrente, em regra as leis não retroagem. Transcrevemos um trecho para elucidação da matéria: "O fato que se caracteriza como infração é inalterável após sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, esse fato é permanentemente uma infração. O princípio "*tempus regit actum*" informa o fato ou ato a ser apreciado e considerado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu".

Com relação a incidência de três circunstâncias que poderiam atenuar a multa, cabe ressaltar que não foi constatado pela fiscalização em campo e nem dos autos em análise. Ademais, inexistente a possibilidade de aplicação de partes de diferentes regulamentos, uma vez que o auto foi lavrado na vigência do Decreto nº 44.309/08, sendo permitido a aplicação do disposto do artigo 96, quanto a multa mais benéfica ao autuado, o que já ocorreu quando da análise da defesa.

Pretende o recorrente firmar o TAC apenas para fins de diminuição da multa em 50% consoante faculta o artigo 49, § 2º do Decreto nº 44.844/08 o que, não poderá prosperar por falta de amparo legal.

A melhor e única interpretação dada desde a criação da Lei 7.772/80 para o Termo de Compromisso é de que um instrumento mediante o qual o infrator obriga-se à eliminação das condições poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, dentro prazo razoável, mediante um cronograma físico-financeiro e aprovado pelo órgão ambiental. A finalidade do instrumento não é de redutor de penalidade, mas de correção.

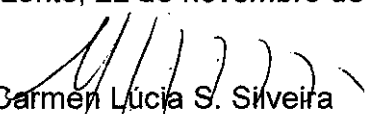
CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, recomendamos a **Câmara Normativa e Recursal do COPAM** o indeferimento do recurso apresentado, mantendo a penalidade de multa aplicada além da manutenção da penalidade de suspensão das atividades até sua regularização ambiental, devendo ser efetuada sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

Recomendamos, ainda, nova fiscalização pelo setor responsável da SEMAD para verificação da sua situação ambiental.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2013.


Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38838 – MASP 1043754-9